

# **GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O HIP-HOP E OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES PARA NEGROS**

## **1- Introdução**

O tema dos sujeitos de carne e osso (THOMPSON, 1981), em particular os grupos alvos de inúmeras camadas sobrepostas e articuladas historicamente de injustiças sociais como os negros, ainda estão por se fazer na Geografia brasileira. Um debate tão rico, controverso e árduo no pensamento social brasileiro encontra pouca ressonância em nosso campo disciplinar. Entendemos que esta lacuna dificulta o entendimento analítico da emergência de novos sujeitos políticos, jurídicos e epistemológicos que através de movimentos como os Pré-Vestibulares Populares para Negros e o Hip-Hop no Rio de Janeiro, vem reposicionando o negro e as relações raciais na organização espacial da sociedade brasileira, apontando para novas noções de direitos sociais. Assim, essas lutas sociais de forma tensa e contraditória vêm promovendo uma insurgência cidadã, ao negarem o lugar sócio-espacial imposto aos negros e aos pobres, reivindicando políticas de reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2001) na organização espacial da sociedade brasileira, fraturando e suturando assim, uma espacialidade que inclui de forma precária, perversa e subalterna esses grupos sociais. Pretendemos assim apontar alguns direcionamentos para este tema silenciado de pesquisa geográfica.

## **2- Matrizes Espaciais Das Relações Raciais Nas Cidades Brasileiras: algumas Notas**

É importante deixar claro os termos em questão. Quando falamos em matrizes, estamos buscando sinalizar as fontes de origem das relações raciais inscritas na produção e reprodução do espaço. As matrizes espaciais das relações raciais nas cidades brasileiras se sucederam, coexistiram e se metamorfosearam produzindo inúmeros padrões de segregação e espoliação ao longo do tempo e dos espaços.

Já por relações raciais no Brasil entendemos como um:

[...] conjunto de estudos sobre a realidade nacional pensados a partir de uma visão de sociedade dividida em grupos racialmente distintos. [...] os indivíduos são tratados por termos raciais, como brancos, negros, indígenas, amarelos, asiáticos, pretos ou qualquer outro que remeta esses indivíduos à características herdadas biologicamente de um grupo social. Esta é a forma de classificar as pessoas que muitos de nós pensamos ser “natural”. Contudo, precisamos compreender que qualquer forma de classificação – inclusive a racial – é herdada não da natureza mas da cultura. É a sociedade que produz tanto os termos quanto a necessidade de classificar segundo interesses que ela mesmo cria e recria a partir de seus valores. [...] Ou seja, a idéia de raça ou cor é aprendida, arbitrária socialmente construída [e se traduziu de forma distinta a cada formação sócio-espacial]. (TEIXEIRA, 2006:263/264 Grifos Nossos)

Buscamos assim uma análise da configuração das cidades brasileiras, particularmente a cidade do Rio de Janeiro, a partir das matrizes espaciais de classificação social pela raça que imprime uma organização do espaço. Neste sentido, estamos tentando sinalizar as tensões de poder na produção e reprodução do espaço em uma sociedade clivada por relações de poder de todos os tipos (classe, gênero, étnico-racial, geracional, entre outras). Neste trabalho em particular queremos dar ênfase às clivagens raciais impostas pelos grupos hegemônicos que encontraram no uso do “*espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder*” (MOREIRA, 1982) uma forma de instaurar estas divisões. Assim sendo, a emergência de movimentos e ativismos sociais, como o Hip-Hop e os Pré-Vestibulares Populares para Negros que colocam em pauta a produção e reprodução do espaço clivado por relações raciais expressam o que chamamos de reposicionamento das estruturas socio-espaciais.

Partimos do princípio sinalizado por Fanon (1983) de que uma sociedade é racista ou não o é. Isto é, dizer que o Brasil é menos racista do que os EUA, África do Sul, ou qualquer outro país demonstra uma incapacidade de pensar corretamente o problema. Ou seja, a sujeição do “outro” permanece nestas diferentes realidades sócio-espaciais com graus distintos. Assim, tanto a exploração de classe quanto a sujeição criada por práticas racistas possuem um elemento capital que é o de repor o sujeito

(negro, branco, homem, mulher, jovem, velho, rico e/ou pobre) no seu devido lugar (FANON, 1983)<sup>1</sup>

A espacialidade das relações raciais no Brasil aponta para um duplo desafio. Um desafio no campo empírico que rompa com uma visão maniqueísta de segregação total do tipo guetificante ou do apartheid, a estilo EUA e África do Sul ou nada, isto é, ausência de uma espacialidade racista no Brasil. Entendemos esta visão como total equívoco analítico. O segundo desafio da espacialidade das relações raciais no Brasil é no campo teórico, especialmente pelo fato da pouca reflexão teórica da espacialidade das relações raciais na formação brasileira.

### **3- Apresentando um problema: ausência de uma base teórica, conceitual e metodológica**

Entendemos que a ausência de uma reflexão teórica, conceitual e metodológica da espacialidade das relações raciais na formação brasileira se deve a inúmeros fatores. Não temos a pretensão aqui de apresentar todas as possibilidades, mas elencar algumas possíveis causas.

A especificidade do pensamento social brasileiro majoritário que até pouco tempo sustentava tanto por intelectuais ditos de esquerda quanto os de direita de que a segregação dos negros era econômica e a luta libertadora deveria ser de classe; um segundo fator que propomos foi o viés teórico-metodológico majoritário no pensamento geográfico brasileiro nos últimos 30 anos dominado pela *economia política do espaço*. Avanços foram inúmeros, mas também, algumas limitações. Só recentemente percebeu-se o vínculo do arranjo do espaço com a estrutura de controle (MOREIRA, 2007). Entendemos que estas formas de controle se dão sob múltiplas dimensões (relações de produção, de gêneros, étnico-raciais, geracionais) na produção e reprodução do espaço. Assim, o arranjo espacial é regulação (ordenamento) centrada nas tensões de poder na produção e reprodução do espaço; o terceiro fator que sugerimos foi o número reduzido nas universidades brasileiras de professores e pesquisadores negros que abordem a formação da identidade negra ou a

---

<sup>1</sup> Apesar de reconhecermos a complexidade do problema, por questões metodológicas, neste trabalho não iremos investigar as explorações provocadas por relações de classes, de gêneros e geracionais.

afirmação de sujeitos racialmente oprimidos. Numa universidade ainda restrita a totalidade dos segmentos da população brasileira não é de se estranhar que toda e qualquer forma de abertura para multiplicidade de sujeitos e temas ainda gere tencionamentos, vide as tensões na implementação nas ações afirmativas expressa numa de suas ações que é a política de cotas.

Inúmeras lutas sociais vêm ganhando força política e visibilidade no Brasil, do campo as cidades, na escala local, regional e nacional a partir de tensões no reposicionamento do negro e das relações raciais na estrutura sócio-espacial brasileira. Dos quilombolas aos movimentos anti-racistas, dos pré-vestibulares populares para negros ao hip-hop. A geograficidade dessas lutas apontam que o *lugar que foi imposto ao negro* na formação brasileira que o incluiu de forma precária e perversa (MARTINS, 1997) estereotipando e o subalternizando, vem sendo questionada. Cada vez mais analisado na teoria social como um todo, o debate do negro e das relações raciais ainda está por se fazer na Geografia. Felizmente, ainda que timidamente, percebemos já algumas iniciativas de geógrafos brasileiros das quais também nos incluímos (ANJOS, 2007; CAMPOS, 2003, 2006; OLIVEIRA, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007; SANTOS, 2003a, 2003b, 2005, 2006, 2007; VAZOLLER, 2006) buscando analisar o tema em voga. Porém, uma letargia teórica foi sendo consolidada no ensino e na pesquisa de Geografia sobre as relações raciais enquanto constituinte de nossa estrutura sócio-espacial (SANTOS, 2006). Este silêncio se articulava a dificuldade de pensar o(s) sujeito(s) para além do Estado e do Capital (RODRIGUES, 2005). O discurso ideológico da *democracia racial* (GUIMARÃES, 2002) e de um povo cordial (HOLANDA, 1979) ajudaram a sustentar este sistema de dominação que produziu uma análise mutilada sobre os sujeitos neste campo disciplinar. O pensamento social brasileiro vem lançando inúmeras provocações a Geografia ao se utilizar de metáforas geográficas (*lugar do negro, geografia do racismo, geografia do negro*, entre outros), no entanto pouco se tem avançado na teoria geográfica a partir dessas provocações.

Passamos por um período, nos últimos 40 anos, de virada nas relações raciais no Brasil (TELLES, 2003; HANCHARD, 2001) fruto das lutas e conquistas de direitos sociais dos movimentos negros nas constituições municipais, estaduais e na constituição federal. Esta virada ocorre em meio a

campos de lutas de significações (OLIVEIRA, 2006) políticas, teóricas e epistemológicas que através de *agendas* e *agenciamentos*, instauram novos regimes de enunciação construídos por ativismos políticos e movimentos sociais que instam novos *temários* e escalas de ação (OLIVEIRA, 2006 SANTOS, 2006). Porém, há muito a se fazer, pois as práticas racistas “avança em certas regiões e em outras encontra não somente menor espaço, mas até manifestos esforços de re-legitimação da ordem vigente” (QUIJANO, 2007:46).

O silêncio no tratamento das relações raciais na Geografia Brasileira demonstra que ela não comportou “nem a idéia de negro enquanto um ente social, e nem das relações raciais enquanto constituinte de nossa estrutura social que grafa o espaço e produz geo-grafias” (SANTOS, 2007:14 – Apresentação). Neste sentido, entendemos que este reposicionamento do negro e das relações raciais instaura novas agendas (Idem) de sujeitos de carne e osso (THOMPSON, 1981) para este campo disciplinar. “Esclareça-se logo que [as lutas sociais negras] não se trata de um protagonismo que se inicia agora, mas sim de um protagonismo que ganha visibilidade agora” (PORTO-GONÇALVES, 2007:08).

A maneira dissimulada e de difícil identificação e verbalização das pessoas que sofrem de atos racista tem sido um dos principais desafios de propor, na formação brasileira, uma geograficidade das atitudes racista. Propomos três leituras espaciais para o entendimento de tais relações de poder no Brasil. Entendemos que apesar de suas especificidades, elas estão articuladas. A Geografia das relações raciais no Brasil ocorre como *Eventos*, imbricadas no *Arranjo Geográfico* das grandes cidades brasileiras e o seu *Ordenamento Espacial*.

Quando estamos propondo a análise da espacialidade das relações raciais como **eventos**, isto é, um instante no tempo dando-se no espaço (SANTOS, 2002 [1996]) estamos falando em *duração* (o tempo da ação das práticas racistas e as tensões geradas com os indivíduos ofendidos) e *extensão* (o alcance e dimensão do ato racista e os seus possíveis desdobramentos em denúncias na esfera pública). As práticas racistas são relações de poder que instauram formas de sujeição por desqualificação de características corpóreas de determinados grupos sociais. Isto é, mesmo se referindo a um indivíduo, as práticas racistas atingem a toda uma coletividade.

Assim, a escala da experiência da atitude racista será distinta da escala do resultado de tal prática dependendo do seu enquadramento jurídico. A dissimulação das práticas racistas como **eventos** se expressão no discurso da falta de consciência do ator sobre suas atitudes preconceituosas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004). Os traços de cordialidade com o outro (o negro) passam a serem reivindicados pelos indivíduos que proferiram atos racistas, pois tanto no plano legal (leis anti-racista) quanto no plano moral, não é de bom tom demonstrar preconceito no Brasil, especialmente racial (Idem). Isto é, estes discursos passam a afirmar ideologicamente o espaço como inter-relações e multiplicidade (MASSEY) buscando diluir as tensões e hegemonias. As interações raciais – os casamentos entre brancos e negros, a “morenidade” do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995), a ausência de conflitos raciais como nos EUA e África do Sul em tempos de *Apartheid*, entre outros – são estratégias *lusotropicalistas* que despolitizam a multiplicidade e as inter-relações do espaço.

O entendimento das relações raciais como *eventos* tanto em espaços públicos quanto privados expressam que a ascensão social não elimina a discriminação racial, assim como os negros mais pobres não deixam de estar menos sujeitos a atos de discriminação racial do que os indivíduos negros de classe média ou ricos.(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004)

Defendemos que o **racismo como evento** é a ponta do iceberg da espacialidade das relações raciais de poder no Brasil.

Entendemos que a geografia das relações raciais no Brasil não ocorrem apenas em *eventos*, isto é, um instante no tempo dando-se no espaço (SANTOS, 2002 [1996]), mas também, se constituíram como elementos estruturadores da espacialidade urbana brasileira tanto no *arranjo geográficos* quanto no *ordenamento espacial* das grandes cidades brasileiras fabricando distâncias físicas e simbólicas entre indivíduos pela assunção de características corpóreas (cor da pele, traços do nariz e da boca, forma e estilo do cabelo) na organização do espaço articuladas principalmente a tensões de gênero e de classe. Todavia, tanto a questão de gênero quanto à de classe não explicam a questão racial.

O **arranjo geográfico** das cidades brasileiras se expressa na seletividade da localização e distribuição (MOREIRA, 2001, 2002) dos objetos e dos bens

sociais. Neste sentido, a coabitação, o uso comum de certos espaços (MOREIRA, 2001 *apud* LABLACHE, 1954) que geram rituais de interação (GOFFMAN, 1985), co-presença e as diferentes formas de estar-junto (MAFFESOLI, 1998) isto é, o espaço como inter-relações, multiplicidade e em constante devir (MASSEY, 2004) foi marcado por tensões ocultadas e/ou camufladas na formação brasileira deixando o tecido do espaço altamente espesso de relações e poder de todos os tipos (MOREIRA, 2001). “O espaço é, pois tensão. Tensão estrutural (MOREIRA, 1997), originária das oposições criadas pelos princípios da localização e distribuição no ato da seletividade” (MOREIRA, 2001:26). Assim, o conteúdo simbólico e o *modus operandi* das relações raciais se materializam na seletividade da localização e distribuição dos bens socioespacialmente (re)produzidos. Os estudos sobre segregação socioespacial (TELLES, 2003 CAMPOS, 2006) têm demonstrado um corte racial na produção e reprodução da espacialidade da sociedade.

Já o **ordenamento espacial** instaura regulações pelas *regras* jurídico-políticas e as *normas* (códigos sociais do cotidiano) prescritas pelo controle dos grupos hegemônicos (MOREIRA, 2001, 2002) em constantes tensões na orientação e direcionamentos das ações dos grupos subalternizados.

Ordenamento aqui é utilizado propositalmente, como o duplo sentido de construir uma ordem e de dar uma ordem – a favor de um(s) agente(s) em detrimento de outro(s), os ordenamentos e hierarquias espaciais do fazer político são instrumentos de poder. O fato de determinados pontos (nós, lugares) do espaço (e do tempo) receberem atribuições valorativas (papeis sociais) distintas faz com que o trânsito dos indivíduos por esses ou aqueles espaços/lugares – diferenciados pelos seus papeis de poder – lhes condicione distintas experiências espaciais de poder, que têm papel crucial na própria constituição de cada indivíduo enquanto ser político. A Ação, portanto, no campo político, tem entre seus condicionantes a experiência espacial de cada indivíduo. [...] Os papeis, as posições, os distintos capitais e outros fatores influenciam a maneira como ele experimenta cada espaço/lugar e como esta experiência influencia a formação de seu “*ethos* político-espacial”. (SANTOS, 2006:214/215)

As imposições escalares – planos de representação do olhar hegemônico (MOREIRA, 2001 *apud* LACOSTE, 1988) – são uma das estratégias de condicionamento e sujeição dos grupos hegemônicos que instalam uma estratificação da posição que os indivíduos ocupam na sociedade (SANTOS, 2006) afirmando uma ordem espacial. Neste sentido, entendemos que o par

arranjo e ordenamento do espaço são tensionados por lutas sociais de reposicionamento, reconhecimento e redistribuição (FRASER, *op. cit.*), o contra-espço (MOREIRA, 2002).

O racismo é a expressão da articulação de diferentes práticas de desqualificação e subalternização do outro. O preconceito e a discriminação são elementos dessas práticas. Neste sentido, preconceito e discriminação racial não são exatamente a mesma coisa, todavia, são práticas freqüentemente associadas e poderiam ser concebidas como irmãs gêmeas do racismo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004). O racismo fabrica distâncias e conduz à negação de direitos.

#### **4- Ativismos e Movimentos Sociais Tensionando uma Espacialidade Racista**

Nos últimos quarenta anos vem emergindo por todo o país lutas sociais que reivindicam o reposicionamento do negro e das relações raciais na esfera política da formação brasileira. Essas lutas passaram a instar outras agendas, outros agentes e temários (SANTOS, 2006) com isso, novas representações e instrumentalização de direitos sociais em leis. A territorialização de culturas políticas negras mundializadas, como a Cultura Hip-Hop (OLIVEIRA, 2006; 2007) e a difusão espacial de Pré-Vestibulares Populares para Negros vem tensionando e traduzindo-se em reivindicações por políticas de reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2001). Estas inúmeras tensões num período de virada das relações raciais no Brasil (TELLES, 2003; HANCHARD, 2001) expressa à emergência de novos sujeitos corporificados (RIBEIRO, 2001) jurídicos, políticos e epistêmicos na cena Brasileira através dessas lutas.

Entendemos que a cultura Hip-Hop em consonância com os Pré-Vestibulares Populares para Negros são um dos movimentos que vêm reposicionando o tema das relações raciais no campo teórico, político e epistemológico, ou seja, novos campos de luta de (re)significação vêm sendo engendrados a partir da forma que esses movimentos vem construindo suas lutas. Defendemos que estes novos movimentos sociais vêm se tornando, no Rio de Janeiro, de forma tensa e contraditória, um instrumento na construção



de uma insurgência cidadã ao negarem o lugar sócio-espacial imposta aos negros e pobres.

Nossa proposta visa analisar os tencionamentos na articulação entre o conteúdo simbólico e *modus operandi* das relações raciais no Brasil que se materializam na organização do espaço. Isto é, “a própria espacialidade como uma das dimensões da construção da diferença” (MASSEY, 2004:10) racial e de classe vem sendo tencionada pelo Hip-Hop e pelos Pré-Vestibulares Populares para Negros.

A história do pensamento relativo às relações raciais no Brasil, apontado por Telles (2003), engendrou três grandes correntes que postulam, grosso modo, que: (1) há pouca ou nenhuma discriminação racial e grande fluidez entre as raças; (2) a discriminação racial apesar de ampla e generalizada é transitória, e (3) a discriminação racial é estruturante e persistente (Idem). Este debate no pensamento social brasileiro, segundo mesmo autor, possui décadas e pelo menos duas gerações. A primeira geração defendendo a tese da democracia racial, de modo que a sociedade brasileira incluía os negros. Isto é, há pouco ou nenhum racismo no Brasil. A segunda geração desafiou as teses que sustentava a teoria da democracia racial sob o argumento de que o Brasil se caracterizava pela exclusão racial (Ibidem), ou melhor, inclusões precárias, perversas (MARTINS, 1997) e subalterna dos negros. O racismo, neste sentido, é constituinte das relações de poder no Brasil, que em nosso entender, instauram hierarquias sócio-espaciais. Somos partidários desta segunda geração e da discriminação racial grafado na organização espacial da sociedade brasileira. Hanchard (2001), inspirado em Gramsci, afirma que o transcurso do debate das relações raciais no Brasil transitou da idéia de *supremacia racial* do final do século XIX as primeiras três décadas do século XX; passando para a *hegemonia racial* dos anos 30 aos anos 70 camuflados pelo discurso do povo cordial e da democracia racial e virada nas relações raciais nos anos 70 e 80 com a crise da hegemonia racial (Idem).

Assim, a aparente coesão e coerência espacial (LEFEBVRE, 1976 [1972]) das relações raciais no Brasil foi produto de regulações que ocultaram as contradições (Idem) tensões e os diferentes padrões de conflitividades (PORTO-GONÇALVES, 2007) da realidade. Defendemos assim, a tese de que as mudanças no conteúdo simbólico e no *modus operandi* das relações raciais

significaram (e significam), de forma concomitante, mudanças na produção e reprodução do espaço, isto é, produziu-se um *modus vivendi* que camufla e dissimula as contradições e conflitos (LEFEBVRE, 1976 [1972]). A emergência de sujeitos corporificados (RIBEIRO, 2001) como o Hip-Hop – que instauram ações afirmativas em sentido *lato* (OLIVEIRA, 2007) – e os Pré-Vestibulares Populares para Negros – ações afirmativas em sentido *strito* – conectadas a outras lutas sociais negras vem difundindo novos regimes enunciativos identitários (afro-brasileiro, afro-descendentes).

Estes sujeitos corporificados (RIBEIRO, 2001) instauram um duplo jogo de posicionamento dos sujeitos no arranjo geográfico da sociedade brasileira questionando a ordem espacial vigente. Isto é, a percepção da sua posição na estrutura sócio-espacial é imanente ao tomar posição (SANTOS, 2007) diante desta espacialidade que inclui de forma precária, perversa e subalterna. Nossa tese é que tanto o Hip-Hop quanto os Pre-Vestibulares Populares para Negros de forma tensa e contraditória se constituem como uma insurgência cidadã ao sinalizarem o reconhecimento da organização espacial da sociedade brasileira marcada por tensões raciais. Ou seja, não são lutas pelo rearranjo daquilo que já existia antes, mas lutas afirmadoras de novas relações, da multiplicidade e de um novo devir do espaço (MASSEY, 2004).

## **5- Perspectivas Geográficas das Relações Raciais no Brasil: em busca de uma fundamentação Teórica**

Há alguns momentos históricos, como os que vivemos atualmente, em que uma conjunção de circunstâncias abala o quadro de referências que davam ancoragem 'estável' a teoria social. Emergem *fraturas estruturais* que desestabilizam as leituras espaciais que forjaram todo um projeto moderno-colonial de sujeito unificado (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003, 2005; HALL, 1997[1992], 2003, 2004; LANDER, 2000; SOUSA SANTOS, 2001, 2002, 2003) passando a reivindicar políticas de *reconhecimento* (FRASER, 2001) e *fraturas conjunturais* que travam suas lutas por *redistribuição* (Idem) dos bens produzidos sócio-espacialmente. O novo imaginário político contemporâneo passa centrar-se em noções de "identidade", "diferença", "dominação cultural" e "reconhecimento" (FRASER, *op. cit.*) na produção e reprodução do espaço

(LEFEBVRE, 1974). Concordamos com Fraser (*op. cit.*) quando aponta que a emergência deste novo imaginário político expressa concomitantemente lutas por reconhecimento e redistribuição.

Disputas por reconhecimento acontecem em um mundo de desigualdade material exacerbada – na renda e posse de propriedades; no acesso a trabalho assalariado, educação, cuidado de saúde e lazer; mas também, e ainda mais surpreendente, no consumo de calorias e exposição à toxidade ambiental, e, em suma, expectativa de vida e taxas de mortalidade. (FRASER, 2001:245/246)

Estes indicadores geralmente são utilizados para medir níveis de desigualdade e injustiças encaradas em políticas de redistribuição-reconhecimento (FRASER, *op. cit.*). Todavia, uma questão anterior fica sem resposta. Como foi produzido socialmente o espaço que fez evidenciar estes indicadores? Neste sentido, há inúmeras camadas como nos aponta Fraser (*op. cit.*), articuladas na compreensão das injustiças. *Injustiças Socioeconômicas* em que a exploração, a marginalização econômica e a privação são os elementos bases (Idem). E as *injustiças culturais ou simbólicas* que estão arraigadas em padrões sociais de representação, interpretação e comunicação em que a dominação cultural, o não-reconhecimento e o desrespeito são os elementos estruturadores. (Ibidem)

Tanto os Pré-Vestibulares Populares para Negros quanto a Cultura Hip-Hop que estamos investigando estão sujeitos a ambas as injustiças. Apesar do tão criticado nome PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes – por grupos do próprio movimento, o nome comporta tanto injustiças culturais ou simbólicas quanto socioeconômicas. As lutas sociais desencadeadas pelo Hip-Hop e pelos Pré-Vestibulares Populares para Negros, expressão reivindicações por redistribuição-reconhecimento. Fraser (*op. cit.*) aponta que estes dois tipos de reivindicações estão em tensão, pois as *políticas de reconhecimento* tendem a promover a diferença e as de *redistribuição* tende a minar isso. Para isso, cremos que seja necessário densificar o debate da produção e reprodução do espaço, pois ele reúne o mental e o cultural, o social e o histórico (LEFEBVRE, *op. cit.*). Isto nos lembra Massey (2004) quando afirma que

O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos e de relações, desde o

inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações” (MASSEY, 2004:17)

A produção e reprodução social do espaço (LEFEBVRE 1974) expressa à multiplicidade de atores, neste sentido, tensões e hegemonias. O modo de construção da sociedade é ao mesmo tempo, o modo de construção do seu espaço (SANTOS, 1978), pois “toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, se preferir toda sociedade produz ‘um’ espaço” (LEFEBVRE, 1976 [1972]:40). Assim sendo, entendemos que as relações sociais criadas na (re)produção do espaço (LEFEBVRE, 1974) são também relações de poder que historicamente foram cimentando hierarquias enunciativas de gênero, de raça, de classe, de etnia, de geração e seus múltiplos entrecruzamentos. Portanto, a diferença e a classificação social são produtos e processos socialmente inventados ao longo da história como forma de dominação em determinado ponto do espaço.

Entendemos inspirado na crítica que Bourdieu faz ao conceito de *habitus* de Panofsky (HANKS, 2008) que a produção e reprodução do espaço são profundamente moldadas pelas diferentes formas de pensar de sua época (Idem). Portanto, investigamos a tensão a classificação social e a diferença forjada pela perspectiva da raça como estratégia de dominação. Propomos um duplo desafio.

O primeiro é uma articulação entre o conteúdo simbólico e o *modus operandi* das relações raciais na formação brasileira se materializando na organização do espaço. Entendemos que cada formação sócio-espacial (SANTOS, 1978) cria suas relações sociais particulares na análise da evolução diferencial das sociedades que pode e estão articuladas a outras escalas, mas tem uma dinâmica própria (Idem). Isto é, as relações raciais no Brasil são distintas da África do Sul, dos EUA, da França, de Angola, entre outros.

Quijano (2007 [1999]) afirma que a idéia de “raça” foi o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Para o autor, esta idéia foi produzida no início da colonização e formação da América e do capitalismo, na passagem do século XV para o XVI e imposta como dominação colonial a toda a população do planeta. Assim sendo, para Quijano (Idem) o “racismo” é uma das relações sociais cotidianas da *colonialidade do poder* que

criou códigos sociais, [verdadeiras senhas de acesso à apropriação de determinados espaços].

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que, por sua vez, veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito raça foi primeiramente usado na zoologia e na botânica para classificar as espécies animais e vegetais.

[...] Em 1684, o francês François Bernier empregou o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passou efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois era utilizado pela nobreza local que se identificava com os francos de origem germânica em oposição aos gauleses, população local identificada com a plebe. Não apenas os francos se consideravam uma raça distinta dos gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar gauleses que, segundo pensavam, podiam até ser escravizados. (MUNANGA, 2002:17)

Tanto Munanga (*op. cit.*) quanto Quijano (*op. cit.*) afirmam que a colonização no século XV colocou em dúvida o conceito de humanidade forjado nos limites da civilização ocidental. E se constituiu como instrumento de dominação promovendo de forma forçada e violenta a diáspora africana (ANJOS, 2007).

A multiplicidade do espaço (Massey, 2004) foi encarada como desigualdade. Quijano (*op. cit.*) e Munanga (*op. cit.*) apontam que os critérios moderno-coloniais de classificação social da humanidade foram se constituídos na Europa.

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor de água entre as chamadas raças. Por isso, a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela

[...] No século XIX, acrescentaram-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do crânio, o ângulo facial etc. para aperfeiçoar a classificação. (MUNANGA, 2002:19/20)

Estas idéias de raça alimentaram projetos de dominação imperialista europeu no final do século XIX e início do XX e sofreram por isso, uma

elaboração sistemática doutrinária. Na segunda metade do século XX cientista por todo o mundo expressaram que este “conceito” “[...] cientificamente é inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem” (MUNANGA, *op. cit.*:21) Contudo, a raça como uma realidade social e política se constitui como uma categoria de dominação e exclusão (Idem). Os conceitos de branco, negro, mestiço tem significado distinto em cada país. Porém, no imaginário e das representações coletivas de diversas populações contemporânea esta idéia ainda insiste, persiste como estratégias de dominação (Ibidem) e de organização do espaço. Por isso, assim como a identidade é um conceito sob-rasura (HALL, 2004)

O segundo desafio que estamos propondo está relacionado à análise da emergência de novos *sujeitos corporificados* (RIBEIRO, 2001) de caráter epistemológico, político e jurídico tencionando e demandando lutas de reconhecimento-redistribuição (FRASER, *op. cit.*) Entendemos que esta idéia coaduna com a perspectiva de espaço apontado por Massey (*op. cit.*) quando afirma que o espaço é *produto de relações*, e por ser assim, é *multiplicidade* e sempre em *processo de devir*, ou seja, está sempre sendo feito (nunca finalizado e fechado). A autora referindo-se ao espaço como multiplicidade coloca que:

O espaço é a esfera da possibilidade da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. (MASSEY, *op. cit.*:08)

A autora percebe espaço e espacialidade como termos intercambiáveis que também faremos em nosso trabalho afirmando que é produto integrante da conjunção identidade e inter-relações.

Assim, não somente existe um paralelo entre a maneira de conceitualizar o espaço e a maneira de conceitualizar entidades/identidades (tais como sujeitos políticos) mas também o espaço é, desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas. (MASSEY, *op. cit.*:09)

Esta perspectiva de Doreen Massey rompe de vez com uma visão essencialista do espaço e dos sujeitos. Assim sendo, ao falarmos do negro e as relações raciais no Brasil estamos propondo uma análise não-essencialista. Concordamos com isso, com a psicanalista Neusa Souza Santos quando afirma que o “*ser negro*” está relacionado à tomada de “consciência do processo ideológico que através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece.” (SANTOS SOUZA, 1983:77). Assim sendo, a autora rompe com a visão biologizante da identidade do negro. Para ela, a posse desta nova consciência reassegura o respeito às diferenças e a construção de uma forma digna de viver a qualquer nível de exploração. Moraes afirma que

[...] o movimento da consciência se dá num âmbito de relações sociais. A substância integral do ato consciente são valores, dados e emoções socialmente elaboradas. As leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade (MORAES, 2005:17)

Assim sendo, “ser negro não é uma condição dada a priori [e sim, fruto de cada formação sócio-espacial]. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SANTOS SOUZA, 1983:77). Portanto, as identidades são construídas na prática social (CARLOS, 2001).

O debate da identidade e da diferença se tornou, nas últimas décadas, caro, intenso e árduo no campo das Ciências Humanas. A crise do Estado e a emergência de novos sujeitos políticos, o enorme contingente de migrações pelo mundo e as conseqüências dos processos de globalização (WOODWARD, 2004 & HALL, 2004) são temas apontados como centrais para insurgência desta discussão.

Sousa Santos (2001) aponta que as identidades culturais têm modificado as formas clássicas construída de análise do mundo.

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e

vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SOUSA SANTOS, 2001:135 grifos meus)

Katheryn Woodward (2004) sugere que a construção identitária é, ao mesmo tempo, simbólica, psíquica, social e material, afirmando que estas dimensões são necessárias na construção e manutenção das identidades. A autora complementa dizendo que as identidades são *posicionais*, adquirem sentido pela *linguagem* e pelos *sistemas simbólicos* e não são *unificadas* envolvendo negociações de sentido, podendo haver contradições no seu interior.

Hall (2004), fazendo uma crítica ao sentido monolítico da identidade, dirá que elas operam “*sob rasura*”, isto é, “... uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas.” (Idem:104). Para este autor o debate atual da identidade emerge num momento em que as velhas identidades, que durante um bom tempo estabilizaram o mundo social, como as identidades de classe estão *deslocadas* do centro de análise. O indivíduo moderno, visto como sujeito unificado estaria sendo questionado com o debate do multiculturalismo, da pós-modernidade (Idem) e do pós-colonial (MIGNOLO, 2005).

A “crise das velhas identidades” para Hall (*op. cit.*) refere-se à crise do sujeito unificado engendrado no projeto cartesiano e desenvolvida no Iluminismo. Um sujeito (indivíduo) centrado, unificado, dotado de capacidade de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ (o núcleo interior) emergia pela primeira vez quando indivíduo nascia e com ela se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo – contínuo ou idêntico a ele – ao longo da sua existência (Idem).

A perspectiva do sujeito engendrado no projeto cartesiano e consolidado no iluminismo se constituiu num cenário político europeu de conquistas territoriais que passaram a orientar assim, o *sentido da colonização* (PRADO JÚNIOR, 2000) e o imaginário colonial criado sobre os povos conquistados (QUIJANO, 2000; LANDER, 2000; MIGNOLO, 2003, 2005) que foi base para a classificação das pessoas como raças inferiores e superiores. Esta perspectiva de sujeito foi central na lógica de dominação do imaginário eurocêntrico que se colocou como *racional, civilizado e racialmente superior*.



O mesmo Stuart Hall (1997[1992]) afirma que devido à crescente complexidade do mundo moderno, esta concepção de identidade do *sujeito iluminista* autônoma e auto-suficiente foi se rompendo por uma concepção interativa do sujeito (e da identidade). No entanto, o sujeito, agora sociológico, ainda tem um núcleo ou uma essência interior. Este núcleo é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores.

Hall (*Idem*) finaliza que na pós-modernidade o sujeito não possui mais uma identidade unificada e estável ele passa a comportar várias identidades, algumas vezes, contraditórias ou não resolvidas. O processo de identificação para o autor tornou-se provisório, variável e problemático. O sujeito não possui mais uma identidade fixa, essencial e permanente. Ela está se formando e transformando continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Assim sendo a identidade é definida historicamente e não pela biologia (*Ibidem*). Todavia, alguns resíduos inventados são irreduzíveis por isso, abarcamos a tese de Ribeiro (2001) de sujeitos corporificados.

A identidade, para Hall (2004) não é uma forma natural (um a *priori*) – ela é uma construção e necessita daquilo que lhe “falta”, mesmo que este outro esteja silenciado e desarticulado. As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, sabendo que estas são representações.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos “interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (apud: HALL, 2004:111/112).

Tomaz Tadeu da Silva (2004) define a identidade pelo que sou e a diferença pelo que não sou. Isto é, *o outro também somos nós*. Identidade e diferença, neste sentido, são inseparáveis (*Idem*) e produzidas em tempos e lugares específicos. Para o autor, a identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significações pelos quais adquiriram sentidos. Assim sendo, a produção social do espaço faz parte da

conceitualização da identidade (LEFEBVRE, 1974; MASSEY, *op. cit.*) Silva, assim como Woodward, define a identidade como uma relação social, sendo que para Silva ela é uma produção simbólica e discursiva, implicando em relações de poder sujeitas a vetores de forças disputadas. “Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder” (p.81).

A diferença para a Woodward pode ser construída sobre duas perspectivas.

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros [isto é, a diferença sendo transformada em desigualdade]. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...] (WOODWARD, *op. cit.*:50)

A identidade, neste sentido, é um encontro vivido e compartilhado que ao se constituir constitui a diferença. A “[...] *diferença ou alteridade e desigualdade ou comparabilidade não podem ser vistas de forma excludente, nem de modo a que uma se dilua totalmente na outra*” (HAESBAERT, 1999:176). A fronteira entre o desigual e o diferente é sutil, ou seja, o que pode ser visto como diferente em outra situação pode ser visto como desigual, e vice-versa (Idem).

Woodward (*op. cit.*) também afirma que as identidades podem envolver reivindicações essencialistas (uma história construída ou representada como verdade imutável) e o seu exame envolve *sistemas classificatórios* por meio da diferenciação social. Assim sendo, algumas diferenças podem ser marcadas, outras obscurecidas (Idem) na organização do espaço. As identidades se envolvem, neste sentido, num campo de relações de poder, pois são *afirmadas, negadas e/ou negociadas* (BHABHA, 2000; WOODWARD, 2004).

Woodward (*op. cit.*) aponta que a discussão da identidade se deu sobre duas perspectivas: uma *essencialista*, em que existiria um conjunto autêntico de características partilhadas por todos os indivíduos, não se alterando ao longo do tempo, e outra não-essencialista, que focalizaria as diferenças, as características comuns e mudanças que elas sofreriam ao longo do tempo [e dos espaços] (Idem). Neste trabalho, partilhamos da idéia das identidades não-essencialistas, pois, o espaço está em constante devir (MASSEY, *op. cit.*).

Para Woodward (*op. cit.*) “[...] os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados” (Ibidem:19), mostrando assim o caráter da identidade como o conceito *estratégico* e *posicional*, de que nos fala HALL (2004), ou seja, elas não possuem um núcleo estável (Idem).

Castells (1999b:23/24) afirma que o processo de construção de identidades sempre é tenso e contraditório, tanto na sua auto-representação, quanto na ação social, pois ela ocorre sempre num contexto marcado por relações de poder. Cada construção identitária leva a resultados distintos. Castells propõe uma espécie de “taxonomia” de formas e origens para entender esses resultados distintos. Para o autor, existem três dimensões dinâmicas das identidades: a identidade legitimadora, a de resistência e a de projeto.

A identidade legitimadora é introduzida pelas classes dirigentes da sociedade, com o intuito de racionalizar e expandir sua dominação. Emerge aí, tensões entre o espaço concebido pelas “classes dirigentes” e o espaço vivido das “classes dirigidas” (LEFEBVRE, 1974). Esta perspectiva identitária, que dá origem à sociedade civil (CASTELLS, 1999) vem sendo utilizada pelos atores hegemônicos para manter o ordenamento sócio-espacial.

Já a identidade de resistência surge para se contrapor à alienação e à exclusão injusta de natureza política, econômica ou social, sendo construída pelos atores estigmatizados pela lógica da dominação. A resposta empírica para as identidades excluídas e excludentes se dá na formação de comunas ou comunidades (Idem).

Castells finaliza a sua “taxonomia identitária” com a identidade de projeto. Para ele, a identidade de projeto é construída quando os atores buscam redefinir sua posição [sócio-espacial], transformando a estrutura social, isto é, abandonando as trincheiras da resistência e trazendo seu próprio projeto. As identidades de projetos produzem sujeitos sociais (Idem), trazendo novos saberes. Justamente o que estamos propondo na investigação do Hip-Hop e dos Pré-Vestibulares Populares para Negros. Este debate nos lembra uma junção de Guattari e Foucault, citada em Haesbaert (2002a), quando coloca que o objetivo da produção capitalista é reduzir tudo a uma tábua rasa.

Entretanto, isso nem sempre é possível, pois nenhuma forma de poder é coesa e uniforme para se impor unilateralmente no controle sem distensões.

A identidade na nossa investigação passa a ser assim construída por grupos incluídos de forma precária, perversa (MARTINS, 1997) e subalterna na produção e reprodução do espaço, especialmente urbano. Entendemos que os constrangimentos nas relações raciais no Brasil se expressam em graus distintos no ordenamento e no arranjo geográfico da sociedade brasileira.

Assim entendemos que a espacialidade e as categorias das relações raciais no Brasil assim se expressam Assim entendemos que a espacialidade e as categorias das relações raciais no Brasil assim se expressam:

	<b>Arranjos Espaciais</b>	<b>Ordenamento Espacial</b>	<b>Racismo Evento</b>
<b>Espacialidade das Relações Raciais no Brasil</b>	Privação e Restrição ao acesso a objetos espaciais públicos negando as inter-relações entre sujeitos e inserindo temporalidades desiguais na organização do espaço.	Os Condicionamentos Impostos pelas ações na Organização do espaço que nega a Multiplicidade.	A Negação de um Devir negro por práticas racistas que impõe estruturas de poder.
<b>Categorias Espaciais na Construção das Relações Raciais no Brasil</b>	POSIÇÃO - ACESSO - LOCALIZAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO - DISTANCIA		

## **6- Considerações Finais**

Buscamos com isso, contribuir no preenchimento de uma lacuna teórica, metodológica e epistemológica na Geografia Brasileira e também para as constantes provocações que o pensamento social brasileiro vem fazendo há décadas aos geógrafos com o uso de metáforas geográficas (o lugar do negro,

geografia do negro, geografia do racismo, entre outras) no entendimento das relações raciais no Brasil. Daí a relevância desta proposta de investigação.

## 7 - Bibliografia

- ANDRADE, E. N. (org.) Rap e Educação, Rap é Educação. São Paulo: Summus, 1999.
- ANJOS, R. S. A. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, R. E. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- \_\_\_\_\_. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ATHAYDE, C., BILL, MV & SOARES, L. E. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BARBOSA, J. L. O Caos do Imago Urbis Um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. In: Revista *Geographia*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, 1999: 59-69.
- BHABHA, H. O Compromisso com a Teoria. In: ARANTES, A.(org.) O Espaço da Diferença. Campinas, SP: Papius, 2000.
- CAMPOS, A. O. Do quilombo à Favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. O Planejamento Urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFRJ).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Racismo, Direitos e Cidadania. Revista Estudos Avançados 18 (50), 2004.
- CARLOS, A. F. A. Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. O Poder da Identidade – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume III. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, S. R. S. Bricoleur de rua – Um estudo antropológico da cultura *hip hop* carioca. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- CUNHA, O. M. G. Depois da Festa: Movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVARES, S; DAGNINO E; ESCOBAR, A. (Org) Cultura e Política nos Movimentos sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- CRUZ, V. C. Identidades Territoriais: Pensando Uma Geografia da Diferença. VI Encontro Nacional da ANPEGE, Fortaleza - Ceará, 2005.
- FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRASER, N. Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) Democracia Hoje: Novos Desafios para a teoria contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

- GOMES, J. Arte e Educação: a experiência do Movimento Hip Hop paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes. (org.) Rap e Educação – Rap é Educação. São Paulo: Summus, 1999.
- GONÇALVES VILELA, T. A. O Grito e a Poesia do Gueto: Rappers e Movimento Hip-Hop no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IFCS UFRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- GUATTARI, F. Micropolítica - Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA R. L. (orgs.). Manifestações culturais no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- \_\_\_\_\_. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: Territórios Territórios / PPGeo-UFF/AGB – Niterói, 2002a.
- \_\_\_\_\_. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.
- HALL, S. Identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997 [1992].
- \_\_\_\_\_. Da diáspora: identidades e mediações culturais: Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. (org) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HANCHARD, M. G. Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945/1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.
- HERSCHMAN, M. O funk e o Hip Hop invadem a cena. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- \_\_\_\_\_. Abalando os anos 90: funk e Hip Hop: Rio de Janeiro, UFRJ, s/d.
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- LAITANO, G. S. Os territórios, os lugares e a subjetividade: construindo a geograficidade pela escrita no movimento Hip Hop, no bairro da Restinga, em Porto Alegre/RS, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, julho de 2001.
- LANDER, E. Ciências Sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (org.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLASCO, 2000.
- LEFEBVRE, H. A irrupção: de Nanterre ao auge. In: LEFEBVRE, H. *et alii* A Irupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. Paris: L'Homme et la société, 1968a.
- \_\_\_\_\_. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991 [1968b].
- \_\_\_\_\_. O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. Espacio y Política: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Ediciones Península, 1976. [1972].
- \_\_\_\_\_. La production de l'espace. Paris: Antropos, 1974.

- LO BIANCO, R. Identidade e relações raciais na Cultura *Hip Hop*: Uma abordagem antropológica. Requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais/UFF. Niterói, 2004.
- MARTINS, J. S. A exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
- MASSEY, D. Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações. In: Revista *Geographia*. Rio de Janeiro 6,12, 2004.
- \_\_\_\_\_. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.
- MIGNOLO, W. D. Histórias Locais/Projetos Globais – colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. Espacios Geograficos y Localizaciones Epistemologicas: La Ratio Entre La Localización Geografica y La Subalternización De Conocimientos. In: Revista *Geographia*, Rio de Janeiro, Ano VII, nº 13, setembro 2005.
- MORAES, A. C. R. Ideologías Geográficas. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. (org.) Geografia: teoria e crítica – o saber em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. In: *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, Ano III, nº 5, setembro de 2001.
- \_\_\_\_\_. Espaço e o Contra-Espaço: As Dimensões Territoriais da sociedade Civil e do Estado, do Privado e do Público na ordem espacial burguesa. In: Território Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002.
- MUNANGA, K. Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização. Democracia racial. In: OLIVEIRA, I. (org.) Cadernos PENESB. Relações raciais e educação: temas contemporâneos. Niterói: EdUFF, nº 4. p. 61-84, 2002.
- NASCIMENTO, A. Genocídio Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, D. A. Algumas notas para a reflexão das/nas periferias sociais. *CD rom do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002.
- \_\_\_\_\_. Por uma significação Geográfica do Movimento Hip Hop. Niterói: TCC, Instituto de Geociências/UFF, 2003.
- \_\_\_\_\_. Do “Corpo Negro” ao “Espaço Negro”: Por uma análise das dimensões espaciais movimento Hip Hop. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: AGB, 2004.
- \_\_\_\_\_. Globalização, Identidade e Práticas Contestatórias: do silenciamento a emergência de projetos subalternizados no Urbano – uma análise sobre o Hip Hop. VI Encontro Nacional da ANPEGE, Fortaleza - Ceará, 2005.
- \_\_\_\_\_. Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip-Hop na metrópole carioca. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF. Dissertação de Mestrado, 2006
- \_\_\_\_\_. Hip-Hop e Novos Territórios Urbanos. Macaé: FUNEMAC, 2007.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. Geo-grafias. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. La guerra infinita- hegemonía y terror mundial. SADER, E. e CECEÑA, A. E. (orgs). Buenos Aires. CLACSO, 2002a.
- \_\_\_\_\_. A invenção de novas geografias In: Território Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002b.
- \_\_\_\_\_. A Geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna (Prefácio) In: SANTOS, R. E. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, E. (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- \_\_\_\_\_. O que é essa tal raça? [1999] In: SANTOS, R. E. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, A. C. T. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: RIBEIRO, A. C. T. (org.) Repensando a experiência urbana na América Latina: questões conceitos e valores. Buenos Aires: CLASCO, 2001.
- RODRIGUES, G. B. & GONÇALVES, C. W. P. Geografia e movimentos sociais: o caso do movimento Hip Hop. *CD rom do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002.
- \_\_\_\_\_. Uma Geografia do Hip Hop. Niterói: TCC, Instituto de Geociências/UFF, 2003.
- \_\_\_\_\_. Orçamento participativo e movimento hip hop: duas formas distintas de protagonismo sócio-espacial, In: [www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/orcamentoparticipativomovimento.pdf](http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/orcamentoparticipativomovimento.pdf) dia 14 de maio de 2006. 21:00 hs
- SANTOS, M. Por uma Geografia Nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- \_\_\_\_\_. A natureza do Espaço - tempo e técnica razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 [1996].
- \_\_\_\_\_. As exclusões da globalização: Pobres e negros. In: Ferreira, Antonio Mario (org.) Na Própria Pele: Os Negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Corag, 2000c, p. 09-21.
- \_\_\_\_\_. Ser negro no Brasil hoje. In: O país distorcido. São Paulo: Publifolha, 2002a.
- \_\_\_\_\_. O espaço do cidadão. São Paulo: Studio Nobel, 2002b [1987].



- SANTOS, R. E. Agendas & Agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Niterói: UFF, 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFF).
- \_\_\_\_\_. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANTOS SOUZA, N. Tornar-se Negro: as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 2ª edição.
- SILVA, T. T. A Produção Social da Identidade e da diferença. In: SILVA, T. T (org.) Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SODRÉ, M. Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOUSA SANTOS, B. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.) Conhecimento Prudente para uma Vida Decente – ‘Um discurso sobre as Ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOUZA e SILVA, J. “Por que uns e não outros?": caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- TAVARES, J. C. Dança da Guerra: Arquivo-Arma. Brasília, UnB, 1984. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. Atitude, Crítica Social e Cultura Hip-Hop: A Face Afrodescendente dos Intelectuais Público Brasileiro. In: Revista Espaço Acadêmico. nº 36, maio de 2004 – Mensal – ISSN 1519 6186, ano III.
- TEIXEIRA, M. P. Relações Raciais na Sociedade Brasileira. In: OLIVEIRA, I. e SISS, A. (org.) Caderno PENESB. População Negra e Educação Escolar. Niterói: EdUFF. nº 7, nov. de 2006.
- TELLES, R. E. Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VAZZOLER, L. S. As Categorias Geográficas como fundamentos para os estudos sobre a população negra. In: OLIVEIRA, I. e SISS, A. (org.) Caderno PENESB. População Negra e Educação Escolar. Niterói: EdUFF. nº 7, nov. 2006.
- WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T (org.) Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.